

**Secretaria Municipal de Saúde - FORTALEZA**

**CNPJ: 04.885.197/0001-44**

**RUA DO ROSÁRIO, 283**

**Telefone: 8534526604 - E-mail: joana.maciel@sms.fortaleza.ce.gov.br**

**60055-090 - FORTALEZA - CE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO**

**1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício**

Secretário em Exercício

Nome: JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL Data da Posse: 01/01/2017

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL Data da Posse: 01/01/2017

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG? Não

**1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde**

Instrumento legal de criação do FMS Tipo Decreto - 5771  
CNPJ 11.621.453/0001-51 - Fundo de Saúde  
Data 30/11/1983  
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde? Não  
Gestor do FMS ISABELLA FAHEINA CHAVES DE OLIVEIRA  
Cargo do Gestor do FMS COORDENADORA

**1.3 Informações do Conselho de Saúde**

Instrumento legal de criação do CMS Tipo Decreto - 8417  
Nome do Presidente do CMS MARCUS VINÍCIUS CAMPOS  
Data 15/05/2002  
Segmento usuário  
Data da última eleição do Conselho 22/08/2017  
Telefone 8534526613  
E-mail cmsf-ce@sms.fortaleza.gov.ce

**1.4 Conferência de Saúde**

Data da última Conferência de Saúde 08/2015

**1.5 Plano de Saúde**

A Secretaria tem Plano de Saúde? Sim  
A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017? Sim  
Situação Aprovado  
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 24 Em 14/12/2017

**ARQUIVOS ANEXOS**

Documento
PMS 2018-2021 versão final PDF.pdf
RESOLUÇÃO 24 CMSF APROVAÇÃO DO PMS 2018 A 2021.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017? Sim  
Situação Aprovado  
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 20 Em 04/12/2017

**ARQUIVOS ANEXOS**

Documento
Programação Anual de Saúde 2017.pdf
RESOLUÇÃO 22 APROVA O RAG 2016 E PAS 2017.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2018?	Sim
Situação	Em Análise
Aprovação no Conselho de Saúde	Em

## ARQUIVOS ANEXOS

Documento
PAS 2018.pdf

### 1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?	Sim
O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?	

### 1.7 Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde:	1ª Região Fortaleza
O município participa de algum consórcio?	Não
O município está organizado em regiões intramunicipal?	Sim Quantas? 6

### 1.8 Introdução - Considerações Iniciais

O presente Relatório Anual de Gestão – RAG, referente ao último ano de vigência do Plano Municipal de Saúde 2014-2017, foi elaborado em conformidade com a Portaria GM/MS nº 2.135/2013. Instrumento de planejamento, o RAG apresenta os resultados alcançados pela gestão municipal com a execução da Programação Anual de Saúde – PAS 2017, apurados com base no conjunto de ações, metas e indicadores, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários. Além disso, demonstra a apuração das receitas total e dos gastos. Constitui-se no instrumento de comprovação dos recursos repassados do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde.

De acordo com a Lei nº 141, de 13 de janeiro de 2012, os municípios deverão comprovar a observância do disposto no art. 38 mediante o envio do RAG ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, até o dia 30 de março do ano subsequente ao ano da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo por meio do Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão – SARGSUS, sobre o cumprimento ou não das normas estabelecidas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo ao disposto nos art. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O RAG 2017 foi elaborado após o acumulado de três Relatórios Detalhados dos Quadrimestres, os quais foram encaminhados e apreciados no CMSF, por meio do SARGSUS, e apresentados à Câmara de Vereadores em audiência pública, cumprindo todos os prazos legais.

Esclarecemos que, dado o volume de informações necessárias para cumprimento legal, apensamos ao formulário "Considerações Gerais" informações relevantes e exigidas nas portarias do Ministério da Saúde, cumprindo o estabelecido na Lei Complementar nº 141, Capítulo IV, da Transparência, Visibilidade, Fiscalização, Avaliação e Controle - Seção I Da Transparência e Visibilidade da Gestão Pública. Dentre os documentos para apreciação, seguem: Resultados da Execução da PAS 2017 (aprovada pelo CMSF); PAS 2018; Resultados SISPACTO 2017; SISPACTO 2017 a 2018 (aprovado pelo CMSF); Plano de Contingência para o Enfrentamento de Endemia por Arboviroses 2018 (aprovado pelo CMSF), Resultados de Execução do Plano de Contingência para o Enfrentamento de Endemia por Arboviroses 2017, Quadro de Emendas Parlamentares; Relatório de Investimentos 2017 e outros.

## 2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

### 2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2017

2.627.482

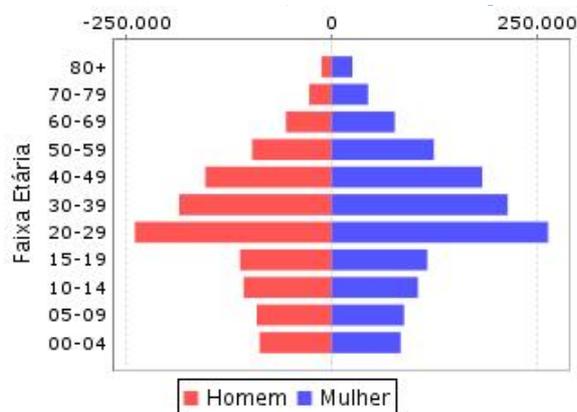
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	2.500.194	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	901.816	40,99%
Preta	110.811	4,22%
Amarela	33.161	1,26%
Parda	1.403.292	53,41%
Indígena	3.071	0,12%
Sem declaração	34	0,00%



### 2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	87.844	84.275	172.119
05-09	91.379	88.437	179.816
10-14	107.220	105.367	212.587
15-19	111.695	116.847	228.542
20-29	240.000	264.140	504.140
30-39	186.057	214.861	400.918
40-49	154.077	183.898	337.975
50-59	96.882	124.785	221.667
60-69	55.615	77.173	132.788
70-79	27.350	44.588	71.938
80+	12.273	25.431	37.704
Total	1.170.392	1.329.802	2.500.194



### Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

A população do município de Fortaleza foi estimada em 2.627.482 habitantes no ano de 2017, que é 100% urbana, constituída de 40,99% de brancos, 53,41% pardos, 4,22% pretos e 0,12% indígena, classificação que depende da declaração feita pela família.

Os fortalezenses representam 29,12% da população do Estado do Ceará, cujo contingente populacional está estimado para 2017, em 9.022.477 habitantes. Há de se considerar, no entanto, a tendência de envelhecimento da população, seguindo tendência semelhante no Brasil, consequência do aumento da expectativa de vida associado à redução da taxa de crescimento populacional.

A Capital registrou entre 2015 e 2016 a menor taxa de crescimento populacional desde o último Censo Demográfico do IBGE em 2010, permanecendo a mesma tendência em 2017.

Quanto ao padrão de ocupação do solo urbano e a distribuição da população de Fortaleza em seu espaço territorial, existe grande variação por bairros (IBGE, 2010). Se o parâmetro observado for o número absoluto de moradores, apenas 10 bairros da cidade concentram mais de 20% da população.

No que tange às participações relativas dos segmentos etários, a maior população do município de Fortaleza encontra-se na faixa de 20 a 29 anos, seguida da faixa etária de 30 a 39 anos. A população masculina se mantém maior até a faixa etária 10 a 14 anos, quando ocorre a partir dos 15 anos a população feminina fica maior até os 80 anos ou mais de vida. Esse perfil demográfico se inverte a partir dos 15 anos, devido a começar uma faixa etária com fatores de riscos para morte dos homens, tais como as violências, drogas, acidentes e por acesso tardio aos serviços de saúde, educação e assistência social. Observamos que houve mudanças muito drásticas em relação ao ano de 2016, fato que alerta os governos para investimentos prioritários para a infância e juventude.

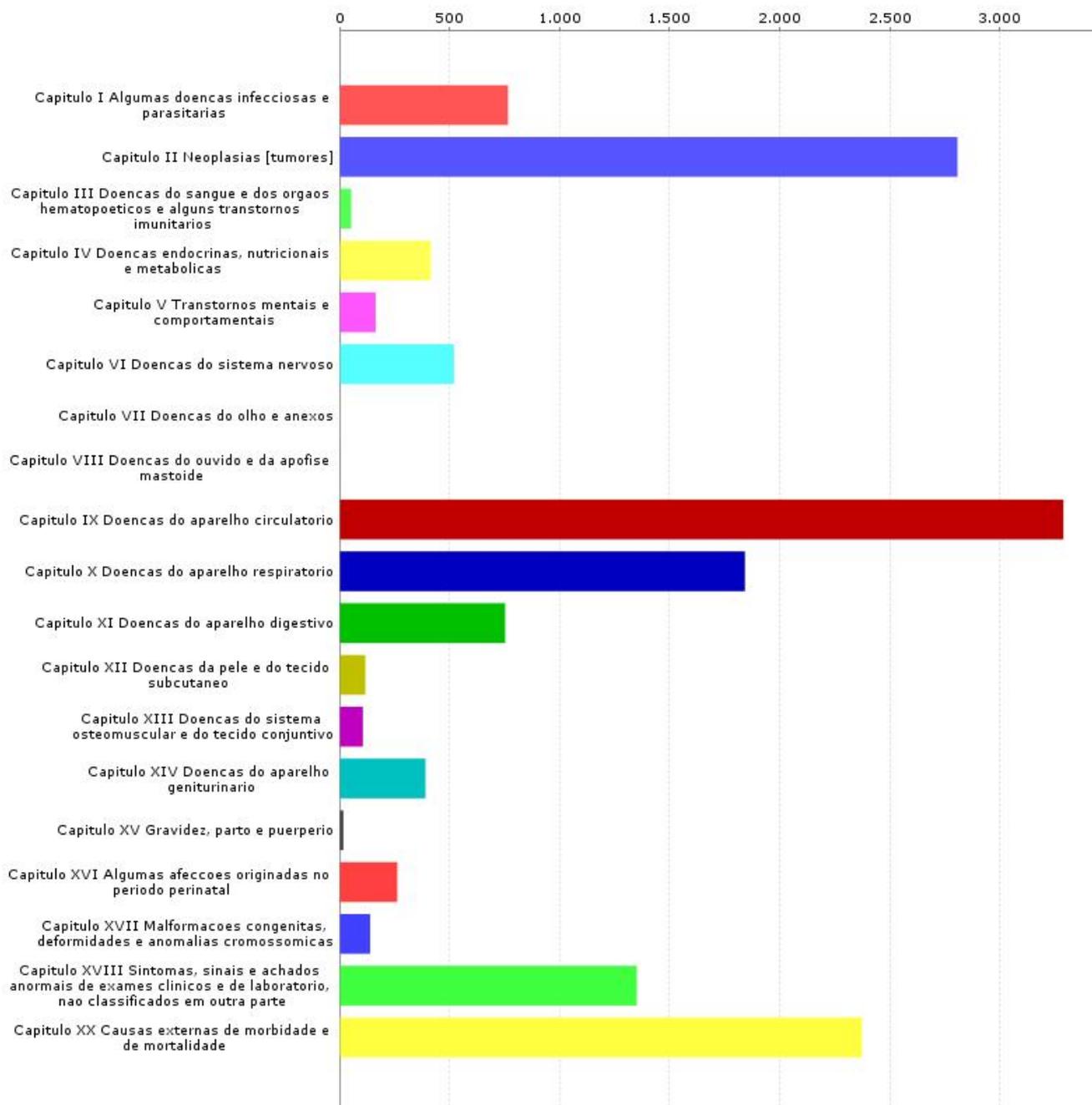
### 2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2016)

Última atualização: 06/09/2018 12:42:50

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	15	3	1	1	6	54	90	82	96	115	111
Capítulo II Neoplasias [tumores]	3	7	10	8	19	48	90	235	481	664	665
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	2	0	1	1	1	4	4	5	10	14

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5	1	0	1	5	6	6	29	38	89	99
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	2	4	12	12	10	34
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	6	7	5	7	7	13	18	20	30	42	81
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	5	1	2	4	2	38	81	179	398	637	800
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	11	11	2	1	5	17	30	63	123	212	396
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	2	0	0	0	3	9	35	76	135	148	140
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	1	5	4	13	16	25
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	1	3	4	6	7	13	8	19
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	3	2	0	1	4	2	11	16	31	45	97
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	0	9	8	1	0	0	0
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	259	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	106	15	0	3	2	4	0	1	5	1	2
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	4	0	1	0	5	15	24	76	121	177	295
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	6	14	7	25	315	688	433	284	186	130	132
Total	427	67	28	53	377	911	845	1.090	1.687	2.304	2.911

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	192	0	766
Capítulo II Neoplasias [tumores]	576	1	2.807
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	11	0	54
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	137	0	416
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	91	0	165
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	285	0	521
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	1
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	2
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	1.136	5	3.288
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	971	0	1.842
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	204	1	753
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	54	0	118
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	46	0	107
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	179	0	391
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	18
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	263
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	0	140
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	633	0	1.351
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	138	15	2.373
Total	4.654	22	15.376



### Análise e considerações sobre Mortalidade

Retificação dos dados epidemiológicos informados na tabela e gráfico Mortalidade por grupos de causas, faixa etária e por residência - Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2016:

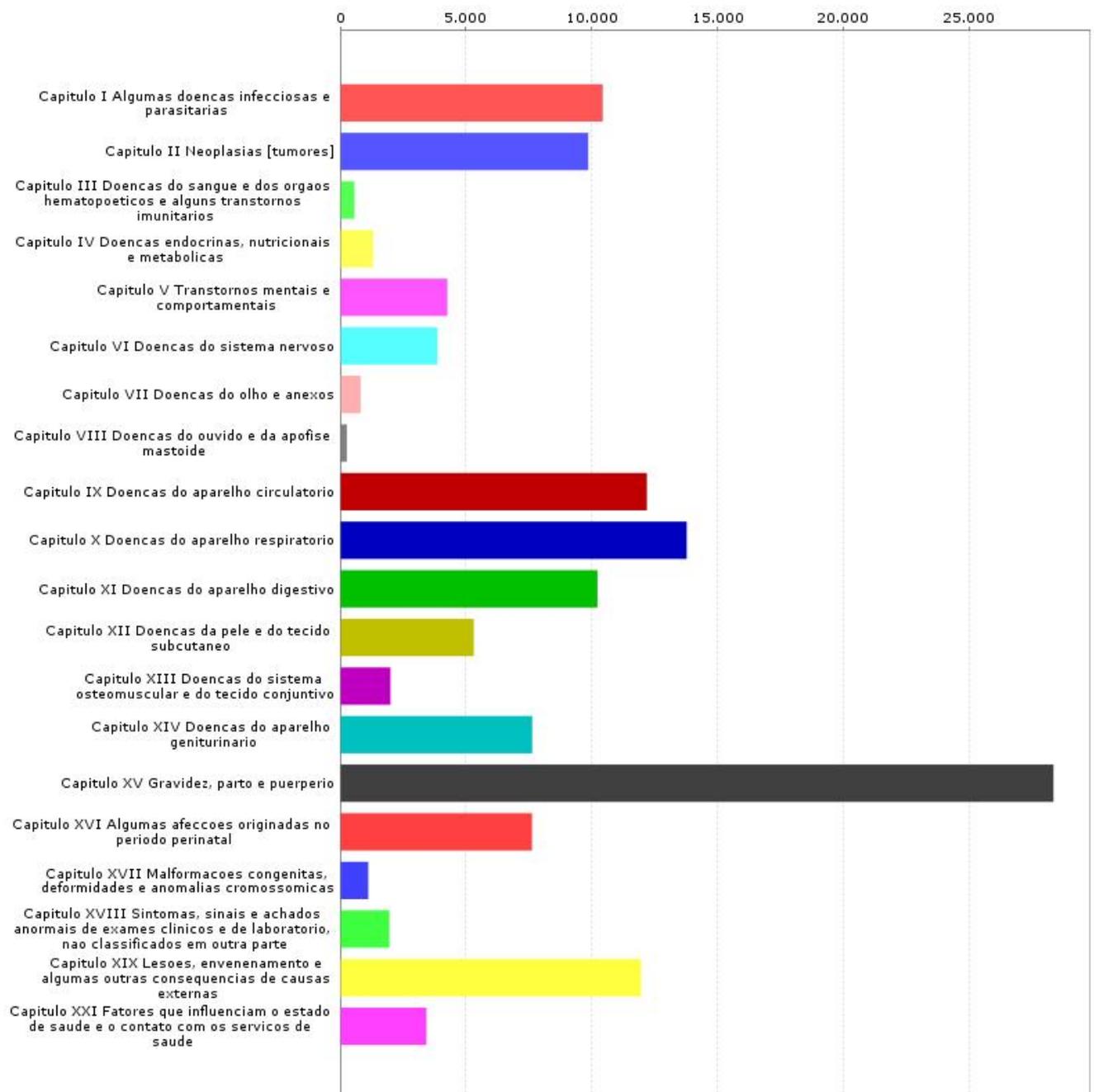
Utilizamos dois sistemas de informações (Municipal - TABNET e Nacional - DATASUS). No sistema Tabnet está disponível a atualização até 2017, e no DATASUS até 2015. Nos dois relatórios dos referidos sistemas, as causas externas estão como a segunda principal causa básica de óbito.

Informamos, portanto, que as análises apontam as principais causas de mortalidade no município de Fortaleza, no ano de 2017, com destaque para as doenças do aparelho circulatório como principal causa. Nesse grupo encontram-se as doenças hipertensivas, AVC, doenças isquêmicas do coração e o infarto agudo do miocárdio.

As causas externas se apresentam como a segunda maior causa de óbito, destacando os homicídios e acidentes de trânsito como as principais causas desse tipo de mortalidade.

No mesmo período, as neoplasias se encontram em terceiro lugar no ranking de mortalidade, embora representem a segunda causa de internação hospitalar.

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.218	2.060	1.222	791	420	458	713	764	770	754	709	563	10.442
Capítulo II Neoplasias [tumores]	19	110	151	137	187	437	955	1.779	1.948	2.101	1.409	633	9.866
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	39	59	53	41	49	62	51	66	48	53	37	17	575
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	55	77	42	52	44	65	137	134	252	220	150	92	1.320
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	1	9	56	231	1.029	1.171	932	597	192	41	10	4.269
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	161	598	540	398	280	304	263	301	370	282	243	134	3.874
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	3	10	13	13	17	42	40	65	143	225	183	67	821
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	25	69	29	35	15	25	23	22	13	9	4	2	271
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	42	42	34	41	60	244	497	1.125	2.354	3.173	2.793	1.793	12.198
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	2.518	3.424	1.205	571	283	313	366	432	718	1.159	1.398	1.394	13.781
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	228	349	402	481	454	1.104	1.295	1.551	1.647	1.498	872	352	10.233
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	227	722	450	370	280	390	449	550	653	566	385	274	5.316
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	10	31	54	91	125	300	340	302	282	236	177	55	2.003
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	129	261	324	351	528	984	979	1.046	1.059	954	658	366	7.639
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	2	0	0	322	5.483	14.495	7.136	908	11	3	0	0	28.360
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	7.540	5	2	0	15	43	22	1	0	1	0	1	7.630
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	383	204	143	111	65	66	49	34	40	18	8	1	1.122
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	13	21	34	49	110	405	277	269	260	248	180	96	1.962
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	40	197	395	569	961	2.364	1.947	1.615	1.378	1.023	797	681	11.967
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	345	240	212	186	200	644	638	310	291	210	101	57	3.434
<b>Total</b>	<b>12.997</b>	<b>8.480</b>	<b>5.314</b>	<b>4.665</b>	<b>9.807</b>	<b>23.774</b>	<b>17.348</b>	<b>12.206</b>	<b>12.834</b>	<b>12.925</b>	<b>10.145</b>	<b>6.588</b>	<b>137.083</b>



### Análise e considerações sobre Mortalidade

#### Análise e considerações sobre Morbidade

Na tabela e gráfico referentes a morbidade hospitalar por grupo de causas, faixa etária e residência observamos que, historicamente, as internações motivadas por gravidez, parto e puerpério têm se destacado como principal causa de internação de pessoas residentes em Fortaleza. No ano de 2017 foram 28.360 internações. As internações motivadas por gravidez, parto e puerpério nem sempre são por morbidade mas por circunstâncias relativas à finalização do curso gestacional ou outros agravos.

Especificamente com relação às morbidades, se destacaram as doenças do aparelho respiratório como segunda causa de internação, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório, que se classificaram como terceira causa de internação.

As lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas têm sobrecarregando as despesas com hospitalização, impactando na gestão do SUS municipal. As causas externas (homicídios, violências, suicídios e acidentes terrestres) são consideradas de difícil enfrentamento pela área da saúde, dado o caráter intersetorial que exige uma política de articulação entre diferentes segmentos institucionais e representações da sociedade civil.

Diferentemente das demais causas, a maioria das internações por causas externas foram de pessoas menores de 60 anos, sendo mais expressiva na faixa etária de 15 a 49 anos, atingindo grande parte da população na faixa etária economicamente ativa.

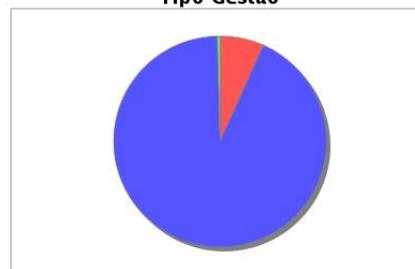
No que se refere à prevenção de mortes por causas externas, a gestão da Prefeitura Municipal de Fortaleza tem investido em uma rede intra e intersetorial de cuidado e proteção social às populações vulneráveis, focada na atenção e prevenção das violências e promoção da cultura de paz, com a implantação de núcleos municipal e regionais. A ênfase está voltada para a qualificação dos processos de trabalho dos profissionais implicados, através da efetivação de uma linha de cuidado longitudinal focado no acolhimento, atendimento, notificação e seguimento na rede, com protocolos e fluxos definidos para nortear os cenários de prática intersetorial. Por outro lado, destaca-se a revitalização do Projeto Vida no Trânsito com ações intersetoriais voltadas para as ações de vigilância em saúde e educação no trânsito.

Frente a esse cenário de agravos, a Saúde está no centro da agenda da Gestão Municipal, pautada no enfrentamento da redução da morbimortalidade por esse elenco de agravos, no âmbito das políticas públicas, na ampliação e qualificação do atendimento à população usuária do SUS, na melhoria do investimento público e na adesão às ações de promoção da saúde e prevenção das DCNT, de forma que impactem em melhorias efetivas na vida da população.

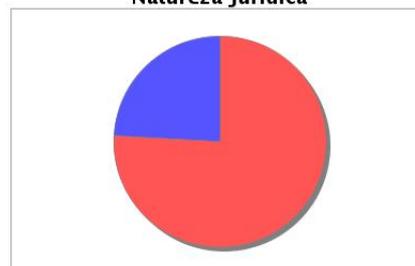
## 3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	111	111	0	0
POLICLINICA	1	1	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	2	2	0	0
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	28	27	1	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	56	50	6	0
FARMACIA	1	0	1	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	6	6	0	0
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	6	6	0	0
HOSPITAL GERAL	25	24	1	0
HOSPITAL ESPECIALIZADO	22	22	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	6	6	0	0
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	1	0	1	0
SECRETARIA DE SAUDE	9	7	2	0
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	2	1	0	1
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	16	16	0	0
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	2	2	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	11	5	6	0
TELESSAUDE	1	0	1	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	1	1	0	0
CENTRAL DE REGULACAO	2	0	2	0
Total	309	287	21	1

Tipo Gestão



Natureza Jurídica



## 3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
FEDERAL	6	6	0	0
ESTADUAL	40	16	23	1
MUNICIPAL	191	191	0	0
PRIVADA	75	74	1	0
Total	312	287	24	1

## Justificativa da Dupla Gestão

## Justificativa da dupla gestão

O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará - HEMOCE encontra-se cadastrado no CNES em Esfera Administrativa Estadual, mas registrado como dupla Gestão por se tratar de um fornecedor de derivados de sangue para os serviços de saúde do SUS de Fortaleza e demais municípios do Ceará, de forma independente. Essa forma de registro da gestão no CNES evita que haja problemas no processamento de dados do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado - SIHD, tais como glosa de procedimentos.

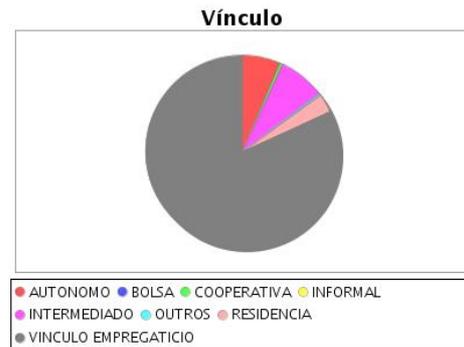
## Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

Em 2017, a rede física pública e privada prestadora de serviços ao SUS passou de 325 serviços do 2º quadrimestre para 312 serviços no 3º quadrimestre. Os 13 (treze) serviços reduzidos estão sob gestão municipal. Tal redução se deu por força do Relatório de Auditoria nº 17.800 do Ministério da Saúde, que constatou não conformidade no CNES, de serviços nele cadastrados, porém, sem prestar serviços ao SUS no município de Fortaleza. Foram descredenciados 4 (quatro) Clínicas/Centros de Especialidades, 1 (um) Hospital Especializado, 1 (um) Hospital Geral, 1 (uma) Policlínica e 6 (seis) Unidades de Apoio Diagnóstico (SADT Isolado).

Dos estabelecimentos de saúde inscritos no CNES, 75 são estabelecimentos na esfera administrativa privada, 8 (seis) são da esfera administrativa federal, 40 da estadual e 191 são da esfera municipal, perfazendo um total de 312 estabelecimentos compondo a rede física prestadora de serviço ao SUS, que correspondem a 75,96% na esfera pública e 24,03% pertencentes à esfera privada.

A maioria dos estabelecimentos da esfera administrativa municipal é do tipo Unidade Básica/Centro de Saúde, totalizando 111 Unidades cadastradas, indicativo da prioridade que tem a Atenção Primária à Saúde na organização do SUS no município de Fortaleza, em conformidade com os pressupostos da Reforma Sanitária Brasileira e os preceitos estabelecidos nos marcos legais das Leis 8.080 e 8.142 e da Constituição Federal.

<b>AUTONOMO</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
COOPERADO	69
INTERMEDIADO P ENTIDADE FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVO	208
INTERMEDIADO POR COOPERATIVA	21
INTERMEDIADO POR EMPRESA PRIVADA	143
INTERMEDIADO POR ORGANIZACAO SOCIAL(OS)	11
PESSOA FISICA	1075
PESSOA JURIDICA	161
SEM INTERMEDIACAO(RPA)	10
<b>TOTAL</b>	<b>1698</b>
<b>BOLSA</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
BOLSISTA	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>
<b>COOPERATIVA</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
SEM TIPO	96
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>
<b>INFORMAL</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
CONTRATADO VERBALMENTE	25
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>
VOLUNTARIADO	7
<b>INTERMEDIADO</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
AUTONOMO	19
CARGO COMISSONADO	2
CELETISTA	6
CONTRATADO TEMPORARIO OU POR PRAZO/TEMPO DETERMINADO	24
COOPERADO	369
EMPREGADO PUBLICO CELETISTA	1631
<b>TOTAL</b>	<b>2051</b>
<b>OUTROS</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
CONTRATO VERBAL/INFORMAL	81
PROPRIETARIO	6
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>
<b>RESIDENCIA</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
RESIDENTE	833
<b>TOTAL</b>	<b>833</b>



VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSIONADO	32
CELETISTA	2561
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	3781
EMPREGO PUBLICO	2278
ESTATUTARIO	12603
SEM TIPO	304
TOTAL	21559

#### Análise e Considerações Profissionais SUS

O cadastro dos profissionais que prestam serviços ao SUS, conforme tipo de vínculo do CNES, é chamado de tabela de formas de contratação. Verifica-se que consta atualmente no CNES, na forma de contratação com o estabelecimento AUTÔNOMO, somente a forma de contratação com o empregador o de Pessoa Jurídica, Pessoa Física e Cooperado. Os demais apresentados neste formulário, intermediado por organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), intermediado por entidade filantrópica e/ou sem fins lucrativo, intermediado por cooperativa, intermediado por organização social (OS) e sem intermediação (RPA), foram desativados do CNES para novos cadastros nesse tipo de vínculo, porém os profissionais que já se encontravam cadastrados, continuam no sistema aguardando a solicitação de alteração por parte do prestador.

Observa-se que, no total de cadastro de AUTÔNOMO no ano de 2017, houve uma redução de 150 cadastros, passando do total de 1.848 cadastrados para 1.698, no percentual de 9% de redução quando comparado com o ano de 2016. Dentre as formas de contratação com o empregador, houve um aumento de 10,14% no de pessoa física, passando de 978 cadastros em 2016, para 1.075 no ano de 2017.

O contrato com o estabelecimento INTERMEDIADO foi o que teve um crescimento maior dentre as demais formas. Após análise das informações, constata-se um aumento de 451 alterações do cadastro total, passando de 1.800 cadastrados no ano de 2016, para 2.051 em 2017, perfazendo um aumento na ordem de 28,1%. O cadastro no CNES, na forma de contratação com o empregador nesse grupo intermediado, se verificou maior aumento de empregados públicos celetistas, atingindo o percentual de 13,1%.

As demais alterações de cadastros nos outros grupos foram insignificantes, dispensando qualquer análise dos dados.

## 5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

### Pactuação Interfederativa 2017 a 2021

#### Relação de Indicadores

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
1	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	245,70	292,00	/100.000
10	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	85,00	26,50	%
11	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,33	0,24	RAZÃO
12	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,37	0,46	RAZÃO
13	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	42,00	36,90	%
14	PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS 10 A 19 ANOS	15,30	14,00	%
15	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	11,00	13,90	/1000
16	NÚMERO DE ÓBITOS MATERNS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA	14,00	12,00	N.Absoluto
17	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA.	65,00	63,53	%
18	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	75,00	84,83	%
19	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA	40,00	40,10	%
2	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	95,00	79,26	%
20	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	100,00	100,00	%

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
21	AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	72,84	66,00	%
22	NÚMERO DE CICLOS QUE ATINGIRAM MÍNIMO DE 80% DE COBERTURA DE IMÓVEIS VISITADOS PARA CONTROLE VETORIAL DA DENGUE	80,00		N.Absoluto
23	PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO "OCUPAÇÃO" NAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO	95,00	91,83	%
3	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	95,00	96,30	%
4	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CNV PARA CRIANÇAS < 2 ANOS - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª), POLIOMIELITE (3ª) E TRÍPLICE VIRAL (1ª) - COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA	100,00	95,00	%
5	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	71,19	70,30	%
6	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	88,00	80,10	%
7	NÚMERO DE CASOS AUTÓCTONES DE MALÁRIA			N.Absoluto
8	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	550,00	794,00	N.Absoluto
9	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	0,00	1,00	N.Absoluto

### 5.1 Execução Orçamentária

#### Recursos Orçamentários

**Valor** R\$ 2.122.035.150,00 **Valor** R\$ 1.888.119.861,51

#### Análise e Considerações

#### Análise sobre Execução Orçamentária - Valor Programado e Valor Executado

As análises tem como base a consolidação dos dados contábeis da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) declarados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e pelos Demonstrativos Contábeis divulgados no Portal da Transparência de Fortaleza, referentes ao exercício de 2017.

Os dados tem como foco a execução orçamentária, conforme as fontes de recursos estabelecidas para custear as despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) pela SMS, no Município de Fortaleza. Inicia-se a análise pela apuração das receitas, quanto à previsão e realização dos valores repassados fundo a fundo e os reflexos no investimento e no custeio dos projetos e atividades da SMS e o percentual de recursos próprios aplicados em ASPS.

A execução da Lei orçamentária do ano de 2017 também é analisada pelo lado da despesa, por suas Unidades Orçamentárias (Fundo Municipal da Saúde (FMS), Autarquia Municipal (IJF) e Hospitais Municipais), grupos de despesas (Pessoal e Encargos, Despesas Correntes e Investimentos) e por programas orçamentários.

- Os valores lançados no SIOPS consideram apenas a função 10 (saúde) para fins de análise, desconsiderando assim, os valores referentes à função 28 (encargos especiais). Este fato gera divergências entre os valores discriminados em outros instrumentos de planejamento e gestão.

#### Considerações:

- Entendemos que a Programação Anual de Saúde - PAS, que consta como formulário no RAG/SARGUSUS deveria levar em consideração a PAS enviada no ano anterior para apreciação do Conselho Municipal de Saúde, considerando a compatibilização das informações.
- A Pactuação da Saúde foi realizada com a participação das áreas técnicas da SMS Fortaleza, em oficinas. A metodologia para análise dos resultados das metas pactuadas para 2017, incluiu análise das séries históricas dos indicadores, para compreensão da evolução e proposições factíveis.

## 6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

### 6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 14/09/2018 18:08:39

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	38.010.967,20	0,00	0,00	0,00	0,00	38.010.967,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.010.967,20
Atenção Básica	125.716.930,36	0,00	0,00	0,00	0,00	125.716.930,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.716.930,36
Vigilância em Saúde	33.963.369,19	0,00	0,00	0,00	0,00	33.963.369,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.963.369,19
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	707.823.570,38	0,00	0,00	0,00	0,00	707.823.570,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707.823.570,38
Assistência Farmacêutica	13.622.948,56	0,00	0,00	0,00	0,00	13.622.948,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.622.948,56
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	2.676.199,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.676.199,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.676.199,99
Gestão do SUS	2.311.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311.300,00
Núcleo Apoio Saúde Família	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	7.519.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.519.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.519.820,00
CEO- Centro Espec. Odontológica	1.478.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.478.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.478.400,00
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	2.311.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311.300,00
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	57.504.462,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.504.462,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.504.462,00
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	59.731.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.731.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.731.563,00
Saúde da Família	22.931.821,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.931.821,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.931.821,00
Agentes Comunitários de Saúde	29.130.192,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.130.192,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.130.192,00
Saúde Bucal	6.469.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.469.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.469.550,00
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	8.480.905,36	0,00	0,00	0,00	0,00	8.480.905,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.480.905,36
Vigilância Sanitária	1.495.638,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.495.638,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.495.638,76
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	13.372.948,56	0,00	0,00	0,00	0,00	13.372.948,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.372.948,56
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	622.683.945,01	0,00	0,00	0,00	0,00	622.683.945,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	622.683.945,01
Teto financeiro	468.656.094,72	0,00	0,00	0,00	0,00	468.656.094,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	468.656.094,72
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	32.467.730,43	0,00	0,00	0,00	0,00	32.467.730,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.467.730,43
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	85.139.625,37	0,00	0,00	0,00	0,00	85.139.625,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.139.625,37
Terapia Renal Substitutiva	47.128.658,17	0,00	0,00	0,00	0,00	47.128.658,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.128.658,17
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00

### Análise Sobre a Utilização dos Recursos

#### EXECUÇÃO FINANCEIRA

O emprego dos recursos tem como norte o cumprimento das metas pactuadas, cuja viabilidade é diretamente relacionada com a disponibilidade financeira do município. Por isso um dos elementos importantes para limitação do cumprimento integral dos objetivos é o limite orçamentário. O orçamento municipal sempre gira em torno de 85% a 95% dos investimentos, comparados aos repasses federais e estaduais.

Com diretrizes no SIOPS voltado para a gestão da saúde se constitui em ferramenta imprescindível, a melhoria da qualidade de atenção a saúde, demonstrando assim um total de receita distribuído em recursos Federais, Estaduais, Rendimentos e Recursos Próprios, assim como as despesas empenhadas, liquidadas, pagas, incluindo os restos a pagar. Com esta constituição e acrescentando o saldo financeiro do exercício anterior, temos um saldo financeiro real no exercício atual. Assim, possibilita também inovar no processo de planejamento, ao permitir uma abordagem distinta dos processos de definição de prioridades e estratégias de implementação das correções necessárias.

## 8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

### 8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:  
15/03/2018 00:00:00

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	24,14%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	54,68%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	25,98%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	90,03%

Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	47,75%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	52,51%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$737,19
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	48,95%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,99%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	21,39%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,88%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	51,16%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	25,74%

#### Análise Sobre os Indicadores Financeiros

##### INDICADORES FINANCEIROS

Através desta ferramenta, a instituição de saúde tem a possibilidade de realizar um diagnóstico objetivo acerca do desempenho de seus percentuais na fatia da receita que lhe é cabível, incluindo as diversas despesas e aquelas de natureza administrativa.

Em estudo dos indicadores do SIOPS, foi constatado que 25,74% dos recursos próprios com saúde está adequadamente dentro da Emenda Complementar 29. Os percentuais informados como: receita líquida participação do Estado, do Município, Operação de Crédito, rendimentos, recursos próprios, despesa por habitante, com medicamento, Atenção Básica servem como instrumentos da melhoria da qualidade da gestão hospitalar.

Na atenção à saúde desenvolvida no Município, promove a otimização dos recursos, a racionalização dos custos, a melhoria da eficiência e efetividade, a realização de práticas mais seguras, o aperfeiçoamento dos processos de controle e auditoria e a participação da Gestão na tomada de decisão da equipe.

## 9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.620.177.362,00	1.620.177.362,00	1.643.528.635,51	101,44
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	421.756.970,00	421.756.970,00	430.410.409,17	102,05
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	131.936.445,00	131.936.445,00	118.105.894,80	89,51
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	762.320.000,00	762.320.000,00	742.725.985,53	97,42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	268.735.000,00	268.735.000,00	274.951.113,42	102,31
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.671.451,00	3.671.451,00	15.949.082,91	434,40
Dívida Ativa dos Impostos	31.757.496,00	31.757.496,00	52.456.396,88	165,17
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	8.929.752,80	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.079.018.073,00	2.079.018.073,00	1.931.942.793,88	92,93
Cota-Parte FPM	774.406.639,00	774.406.639,00	749.126.328,93	96,73
Cota-Parte ITR	10.585,00	10.585,00	185.037,58	1.748,11
Cota-Parte IPVA	233.988.750,00	233.988.750,00	240.342.876,86	102,71
Cota-Parte ICMS	1.061.601.250,00	1.061.601.250,00	936.614.536,04	88,22
Cota-Parte IPI-Exportação	5.351.731,00	5.351.731,00	2.885.388,23	53,91
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	3.659.118,00	3.659.118,00	2.788.626,24	76,21
Desoneração ICMS (LC 87/96)	3.659.118,00	3.659.118,00	2.788.626,24	76,21
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	3.699.195.435,00	3.699.195.435,00	3.575.471.429,39	96,66

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.320.393.307,00	1.320.393.307,00	982.487.686,90	74,41
Provenientes da União	1.208.178.967,00	1.208.178.967,00	886.114.318,48	73,34
Provenientes dos Estados	103.608.901,00	103.608.901,00	91.712.859,01	88,52
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	8.605.439,00	8.605.439,00	4.660.509,41	54,15
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.320.393.307,00	1.320.393.307,00	982.487.686,90	74,40

## 9.2. DESPESAS COM SAÚDE

## 9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	2.071.144.928,00	2.055.020.172,00	1.867.617.899,52	39.646.854,84	92,81
Pessoal e Encargos Sociais	971.919.926,00	950.597.126,00	941.970.163,58	48.645,45	99,10
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.099.225.002,00	1.104.423.046,00	925.647.735,94	39.598.209,39	87,40

DESPESAS DE CAPITAL	72.121.084,00	57.494.084,00	15.441.418,02	1.477.494,34	29,43
Investimentos	72.121.084,00	57.494.084,00	15.441.418,02	1.477.494,34	29,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.143.266.012,00	2.112.514.256,00		1.924.183.666,72	91,09

## 9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		339.866,52	0,00	0,02	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		962.453.904,26	40.231.953,31	52,11	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		962.453.904,26	40.231.953,31	52,11	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A		0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	892.395,87		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		1.003.918.119,96	52,17	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))			""	0,00	""	N/A
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(H+I) /			25,73			

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	4.437.730,58	0,00	4.196.558,59	241.171,99	0,00
Inscritos em 2014	2.999.679,57	1,59	434.998,41	2.564.679,57	0,00
Inscritos em 2013	367.722,94	105.860,80	261.862,14	0,00	0,00
Inscritos em 2012	379.296,65	0,00	243.356,00	135.940,65	0,00
Total	8.184.429,74	105.862,39	5.136.775,14	2.941.792,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	466.905.000,00	454.350.000,00	425.578.192,56	3.540.455,88	22,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.360.230.602,00	1.345.126.802,00	1.188.447.578,62	29.214.902,83	63,28
Suporte Profilático e Terapêutico	32.809.000,00	33.951.044,00	22.424.802,01	1.736.950,47	1,26
Vigilância Sanitária	46.807.000,00	48.160.000,00	43.688.389,51	560.469,33	2,30
Vigilância Epidemiológica	1.073.000,00	1.083.000,00	259.195,61	57.027,24	0,02
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	235.441.410,00	229.843.410,00	202.661.159,23	6.014.543,43	10,84
TOTAL	2.143.266.012,00	2.112.514.256,00		1.924.183.666,72	100,00

### Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

#### DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO

Este relatório contém as informações resultantes das ações e atividades desenvolvidas em conformidade com suas competências pelos diferentes setores que compõem esta secretaria, na busca do cumprimento de suas atribuições legais, voltadas para a melhoria da atenção à saúde e contribuindo para a transparência dos gastos públicos e fortalecimento da cidadania.

O Município vem aumentando a aplicação de recursos na saúde e cumprindo a LC 141/12 com aporte financeiro próprio superando os 15%.

Os gastos com saúde no município de Fortaleza alcançaram um percentual médio de 25,73% do orçamento municipal. Essa situação se deve à política de gestão do município que prioriza a área da saúde, visando proporcionar um tratamento de saúde digno.

Considerando o orçamento no exercício de 2017 no montante de R\$ 2.112.514.256,00 (Dois bilhões cento e doze milhões...), a Saúde do Município empenhou R\$ 1.924.183.666,72 que corresponde a 91,09% do mesmo, liquidando R\$ 1.883.059.317,54 e pagando R\$ 1.868.258.354,92 até o encerramento do exercício financeiro de 2017.

**Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)**

Sim

**Ente Federado:**

FORTALEZA

**Demandante:**

CORAC/SMS Fortaleza

**Órgão responsável pela auditoria:**

SMS Fortaleza

**SISAUD/SUS:**

Não

**Nº da auditoria:**

PARECER 152/17

**Finalidade da auditoria:**

Solicitação pagto ref. à competência mês Maio/2017, paciente: Alberina Araújo de Oliveira

**Status da auditoria:**

Encerrada

**Unidade(s) auditada(s):**

SANTA CASA

#### **Recomendações**

Código do procedimento deve estar contemplado na FPO da instituição.

#### **Encaminhamentos**

Auditoria confirmou que o código do procedimento não estava contemplado na FPO da referida Instituição, mas foi feita inspeção e avaliação de prontuário do paciente e foi constatado a veracidade de diagnóstico e prestação de serviços.

#### **10.1. ARQUIVOS ANEXOS**

<b>Auditoria</b>	<b>Documento</b>
PARECER	CONSOLIDADO DE AUDITORIAS 2017.xlsx

### 11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Informações sobre o Termo de Ajuste Sanitário – TAS:

Informamos que o Termo de Ajuste Sanitário – TAS n° 275, celebrado entre o DNASUS/MS e a SMS Fortaleza, em 11 de outubro de 2013, conforme DOU n° 198/2013, foi encerrado em 11 de abril de 2016.

Quanto ao valor do referido TAS R\$ 5.709.814,30 (cinco milhões setecentos e nove mil, oitocentos e quatorze reais mil reais e trinta centavos) restou saldo de R\$ 2.067.637,54 (dois milhões sessenta e sete mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). O Tribunal de Contas da UNIÃO - TCU, por meio da TC 022.1018/2015-2 e Acórdão 1072/2017 TCU - Plenário determinou à Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza, realizar depósito na conta do Fundo Municipal de Saúde – FMS, com recursos próprios (fonte do tesouro municipal) para utilização no bloco da Atenção Básica, onde houve a glosa. A SMS, com celeridade, tomou providências para cumprimento da determinação no prazo estabelecido. O Tesouro Municipal da Prefeitura de Fortaleza creditou, com recursos próprios, a restituição ao Fundo Municipal de Saúde, conforme determinação do MS, recompondo os valores PAB, no valor inicial de R\$ 2.067.637,54 (Dois milhões sessenta e sete mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) e tendo como valor atualizado até dia 1/3/2018 R\$ 2.726.800,39 (Dois milhões setecentos e vinte e seis mil oitocentos reais e trinta e nove reais).

A gestão da SMS Fortaleza zelou pelo cumprimento dos prazos determinados pelo TCU e Ministério da Saúde.

Ressaltamos ainda, que o Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza - CMSF esteve informado, desde o início, sobre os encaminhamentos do TAS, por meio de citações nos relatórios, com registro na Resolução N° 022/CMSF, de 4 de dezembro de 2017.

### 11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

Programação Anual de Saúde 2018:

A PAS 2018 segue pensada a esse sistema, compondo o RAG 2017. Solicitamos celeridade na apreciação e deliberação pelo Pleno do CMSF.

Infommo ainda, que a gestão tem envidado esforços para o fortalecimento do CMSF, acompanhando e apoiando os Conselheiros para que apreciem os instrumentos de gestão com maior celeridade e corresponsabilidade, no sentido de, a partir desse exercício e nos anos subsequentes, o curso de anualização do PMS e construção da PAS, continuem a garantir a compatibilização com todos os instrumentos legais de planejamento, nos prazos assinalados por lei.

Para cumprimento do previsto no art. 4° da Portaria GMMS n° 2.135, de 25 de setembro de 2013 e, por conseguinte, cumprimento de prazos legais, a PAS 2018 foi compatibilizada com os instrumentos de planejamento - PPA, LOA e LDO aprovados, homologados e publicados, assim como com o PMS 2018-2021.

Programação Anual de Saúde 2019:

Em construção pelas áreas técnicas, com acompanhamento da Coordenadoria de Planejamento da SMS, observando a anualidade do PMS 2018-2019 e possíveis necessidades de adequações, contemplando custeio e investimento, em conformidade com a Portaria n° 3.992/2017.

Vale ressaltar que o PMS 2018-2021 foi aprovado pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza – CMSF, por meio da Resolução n° 24/CMSF, aprovada em 14 de dezembro de 2017.

Sugestões para aperfeiçoamento do sistema SARGSUS, para atendimento às Portarias do Ministério da Saúde: Reiteramos sugestões anteriormente citadas nos relatórios e em oportuna oficina promovida pelo Ministério da Saúde, realizada em Fortaleza em 2017, lembrando que todas as portarias do MS exigem que as informações constem no RAG:

- Criar formulários no SARGSUS para preenchimento das informações referentes a investimentos, com transferências fundo a fundo e convênios, tendo em vista atender o que está previsto em todas as Portarias e Decretos de que trata da matéria em comento e outros que conste citação obrigatória de prestação de contas no RAG.
- Criar um formulário no SARGSUS para preenchimento das informações referentes ao Termo de Ajuste Sanitário - TAS e outras determinações legais, quando houver, para fazer face às determinações estabelecidas nas normas vigentes (Portaria n° 2.046 de 2009, alterada pela Portaria n° 768 de 2011).
- Procederem às adequações necessárias referentes aos formulários, contemplando o estabelecido na Portaria GMMS n° 3.992/2017.
- Os formulários para preenchimento no SARGSUS não está compatibilizado com o que está previsto na Portaria 2.135/2013, referente aos instrumentos de gestão.

P.S.: No documento anexo (PMS 2018-2021 versão final PDF.pdf): no respectivo Tipo de Documento, leia-se Plano de Saúde 2018-2021; No documento anexo ( PAS 2018.pdf): no respectivo Tipo de Documento, leia-se Programação Anual de Saúde do período 2018; no documento anexo (RESOLUÇÃO 24 CMSF APROVAÇÃO DO PMS 2018 A 2021.pdf): no respectivo Tipo de Documento, leia-se Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2018 a 2021.

### 11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
PMS 2018-2021 versão final PDF.pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
RESOLUÇÃO 24 CMSF APROVAÇÃO DO PMS 2018 A 2021.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017

<b>Documento</b>	<b>Tipo de Documento</b>
Programação Anual de Saúde 2017.pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
RESOLUÇÃO 22 APROVA O RAG 2016 E PAS 2017.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG
PAS 2018.pdf	Programação Anual de Saúde do período 2014
SISPACTO 2017 a 2021 Aprovado no CMSF em 09 de maio de 2017.pdf	SISPACTO 2017-2021
AVALIAÇÃO DO PLANO DAS ARBOVIROSES 2017.docx	RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ARBOVIROSES
Quadro Resumo PROPOSTAS EMENDAS E PROGRAMAS FAF FNS ANO 2017.docx	EMENDAS PARLAMENTARES E PROGRAMA 2017 FNS/MS
Plano Contingência Arboviroses 2017.pdf	PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA ENFRENTAMENTO DE EPIDEMIA POR ARBOVIROSES 2017
MONITORAMENTO DE PROPOSTAS FUNDO NACIONAL DE SAÚDE 2017.docx	MONITORAMENTO DE EMENDAS PARLAMENTARES 2017
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.pdf	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SMS FORTALEZA 2017
MATRIZ RESULTADOS METAS INDICADORES SISPACTO 2017.pdf	RESULTADOS, ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SISPACTO 2017

## 12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em	29/05/2017	05/09/2017	28/02/2018
Enviado para Câmara de Vereadores em	30/05/2017	26/09/2017	28/02/2018

### 12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

#### 12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	30/03/2018 17:45:07
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	14/09/2018 18:09:46

#### 12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	30/03/2018 17:45:07
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	06/04/2018 09:53:06
Reapreciado pelo Conselho em	18/02/2019 16:41:08
Parecer do Conselho de Saúde	Retorne-se à Coplan-SMS Fortaleza para os ajustes que se fizerem necessários, tendo em vista que ocorreram problemas técnicos no sistema SARGSUS.
Status da Apreciação	Aprovado
Resolução da Apreciação	26 Data 03/12/2018

FORTALEZA - CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.